

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 50030-000 - Tel: (33) 3244-5404 - Fax: (33) 3244-5404

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 27980810151042260640-1; Data: 08/10/2015 10:42:28

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACF92737-DMAL;
Valor Total do Ato: R\$ 2,99
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Titular



JUCESP PROTOCOLO
0.416.260/12-3



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO — SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA —

ARMAZENA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI, brasileiro, casado, empresário e maior, natural da cidade de Moji-Mirim-SP, e nascido em 18/02/1948, portador da Cédula de Identidade RG/SSP(SP) nº 5.454.026-4 e do CPF/MF nº 329.164.268-68, residente e domiciliado na Alameda Rio Tapajós, nº 208, Condomínio Morro Vermelho, na cidade de Moji-Mirim-SP, CEP nº 13.807-815, e GIULIA NUCCI JULIANI DANTE, brasileira, solteira, estudante e menor impúbere, natural da cidade de Campinas-SP., nascida em 08/09/1997 e tendo na presente data 13 (treze) anos de idade, portadora da Cédula de Identidade RG/SSP(SP) nº 52.212.597-9 e do CPF/MF nº 399.482.058-80, neste ato, representada por seu pai e tutor natural MARCELO SOUTO DANTE, brasileiro, casado, cirurgião dentista e maior, natural da cidade de Moji-Mirim-SP, e nascido em 26/09/1966, portador da Cédula de Identidade RG/SSP(SP) nº 16.806.454 e do CPF/MF nº 126.415.698-76, ambos residentes e domiciliados na Alameda Rio Jari, nº 53, Condomínio Morro Vermelho, na cidade de Moji-Mirim-SP, CEP nº 13.807-803, tem, entre si, como justo e contratado, e por este e na melhor forma de direito, constituírem uma sociedade empresária limitada nos termos da Lei nº 10.406/02, de 10/01/2002 e demais disposições aplicáveis, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, e nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária, a saber:-

1) COMPOSIÇÃO SOCIAL

- 1.1 - SÓCIO** : LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI
ENDEREÇO : Alameda Rio Tapajós, nº 208
BAIRRO : Condomínio Morro Vermelho - CEP nº 13.807-815
CIDADE : Moji-Mirim - SP.
CI-RG/SSP(SP) : nº 5.454.026-4 - Expedição: 14/05/2009
CPF/MF : nº 329.164.268-68
NATURALIDADE: Moji-Mirim-SP. - Data/Nasc: 18/02/1948
QUALIFICAÇÃO: Brasileiro, casado, empresário e maior
CARGO : Sócio - Administrador
- 1.2 - SÓCIA** : GIULIA NUCCI JULIANI DANTE
ENDEREÇO : Alameda Rio Jari, nº 53
BAIRRO : Condomínio Morro Vermelho - CEP nº 13.807-803
CIDADE : Moji-Mirim - SP.
CI-RG/SSP(SP) : nº 52.212.597-9 - Expedição: 17/05/2011
CPF/MF : nº 399.482.058-80

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 50030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3244-5404 - Fax: (33) 3244-5404

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 27980810151042260640-2; Data: 08/10/2015 10:42:28

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACF92736-N67B;
Valor Total do Ato: R\$ 2,99
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Titular

NATURALIDADE: Campinas-SP. – Data/Nasc: 08/09/1997
QUALIFICAÇÃO : Brasileira, solteira, estudante e menor impúbere, representada por seu pai e tutor natural MARCELO SOUTO DANTE, preambularmente qualificado.
CARGO : Sócia – Quotista

2) DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

2.1 – DENOMINAÇÃO SOCIAL

ARMAZENA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

2.2 – SEDE

Avenida Geraldo Potyguara Silveira Franco, nº 640-A – Galpão 1
Parque das Empresas
Mojí-Mirim-SP.
CEP nº 13.803-280

2.3 – OBJETIVO SOCIAL

Indústria de móveis e acessórios de aço e de madeira em geral, e similares.

2.4 – PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado, a partir da presente data.

3) CAPITAL E QUOTAS SOCIAIS

3.1 – CAPITAL SOCIAL

Valor do Capital : R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Integralização : Moeda corrente nacional, neste ato.

3.2 – QUOTAS SOCIAIS

Total de Quotas : 10.000 (dez mil).
Valor Unitário : R\$ 1,00 (um real).

4) PARTICIPAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

4.1 – PARTICIPAÇÃO

SÓCIO (01) : LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI
Quotas-Subscritas: 9.900 (nove mil e novecentas).
Valor Unitário : R\$ 1,00 (um real).
Valor em R\$: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).
Participação (%) : 99% – (noventa e nove por cento).
Integralização : Moeda corrente nacional, neste ato.

SÓCIA (02) : GIULIA NUCCI JULIANI DANTE
Quotas-Subscritas: 100 (cem).
Valor Unitário : R\$ 1,00 (um real).
Valor em R\$: R\$ 100,00 (cem reais).
Participação (%) : 01% - (um por cento).
Integralização : Moeda corrente nacional, neste ato.

4.2 - RESPONSABILIDADE

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio(a)(s) é restrita ao valor de suas quotas, e, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme legislação em vigor.

Parágrafo 2º - O(A)s sócio(a)(s) não respondem subsidiariamente pelas dívidas sociais.

5) ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

5.1 - A administração da sociedade, ficará a cargo somente do sócio LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI, na qualidade de administrador e indicado na composição social (item 1), com atribuições e poderes para decidir sobre todos os negócios da sociedade, inclusive competindo-lhe privativa e isoladamente o uso da firma ou denominação social, a prática de todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento da sociedade, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo, nomear procuradores em nome da sociedade quando a prática de qualquer ato assim exigir, ficando vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, tais como: avais, endossos, fianças e outras análogas, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

Parágrafo 1º - O sócio administrador responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Parágrafo 2º - Dos instrumentos procuratórios deverão constar, obrigatoriamente, que os procuradores serão inteira e pessoalmente responsáveis, civil e criminalmente, pelos atos praticados em nome da sociedade.

5.2 - O sócio administrador LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI, indicado na composição social (item 1), no exercício da administração da sociedade, terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente.

5.3 - O sócio administrador LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI, declara sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação,

pelta ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

6) DELIBERAÇÕES SOCIAIS

6.1 - As deliberações sociais, quando não forem por consenso unânime, poderão ser tomadas em ata de reunião de quotistas, podendo ser convocadas por quaisquer dos sócios, sendo necessário a maioria dos sócios para a sua instalação, valendo para ciência da reunião a assinatura dos sócios, aposta em carta convocação dirigida para aquela finalidade, contendo a data da realização, local, hora e ordem do dia. As deliberações sociais deverão atender aos quoruns estabelecidos na lei civil vigente, e os casos omissos na lei ou no contrato, o quorum respeitado será o da maioria do capital social.

Parágrafo Único - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

6.2 - Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato: A aprovação das contas da administração; A designação do(s) administrador(es), quando feita em ato separado; A destituição do(s) administrador(es); O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato; A modificação do contrato social; A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; A nomeação e destituição do(s) liquidante(s) e o julgamento das suas contas; O pedido de concordata.

7) EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

7.1 - O exercício social terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

7.2 - O sócio administrador LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI, prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único - Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

7.3 - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(a)(es) quando for o caso.

Parágrafo Único - Até 30 (trinta dias) antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos neste artigo devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição do(a)(s) sócio(a)(s) que não exerça(m) a administração.

8) DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

8.1 – O falecimento ou interdição de qualquer sócio(a) não implicará na dissolução da sociedade, a qual, continuará com o(a)(s) herdeiro(a)(s) ou sucessor(a)(es) do(a) falecido(a) ou interditado(a). Não sendo possível ou inexistindo interesse deste(a)(s) ou do(a) sócio(a) remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim, dentro de 90 (noventa) dias contados da data do evento, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Parágrafo 1º – Fica, entretanto facultado, mediante entendimento entre a sociedade e o(a)(s) herdeiro(a)(s) ou sucessor(a)(es), o estabelecimento de outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade.

Parágrafo 2º – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade resolva em relação a seu(ua) sócio(a).

Parágrafo 3º – Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo(a) "de cujus", incumbirá ao(a) inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade. O(A)(s) herdeiro(a)(s), através de seu(ua) inventariante ou representante legal, poderá(ão) retirar-se da sociedade.

Parágrafo 4º – A retirada, exclusão ou morte do(a) sócio(a), não o(a) exime(m), ou a seu(ua)(s) herdeiro(a)(s) ou sucessor(a)(es), das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos após averbada a resolução da sociedade, como também, não o(a) (s) exime(m) da responsabilidade pelas obrigações sociais posteriores e em igual prazo prevista nesta Cláusula, enquanto não se requerer a averbação da resolução.

8.2 – As quotas sociais são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas em parte ou totalmente a terceiros sem o consentimento do(a) outro(a) sócio(a), a quem fica assegurado, em igualdade de preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, sendo este(a) comunicado(a) com a antecedência de no mínimo de 30 (trinta) dias, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único – Se o(a) sócio(a) remanescente não usar do direito de preferência, no prazo máximo acima estabelecido após o recebimento do aviso de que se trata este artigo, tem o(a) sócio(a) cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro(s).

9) FORO DO CONTRATO

9.1 – Fica eleito o foro de **MOJI-MIRIM-SP.**, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, a fim de dirimir quaisquer dúvidas do presente Instrumento.

10) DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A sociedade poderá criar ou extinguir filiais, depósitos e escritórios, onde e quando lhe convier e a juízo dos sócios, independentemente de alteração contratual.


10.2 - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente instrumento e demais alterações, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva das normas da sociedade por ações.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

MOJI-MIRIM-SP., 22 DE MARÇO DE 2.012




LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI




GIULIA NUCCI JULIANI DANTE
As) Marcelo Souto Dante
Representante

TESTEMUNHAS:-



DJAIR ANTONIO CARDOSO
CI-RG/SSP(SP) nº 11.994.339-6
CPF/MF nº 016.138.748-98



JOSÉ PÉRICLES CARDOSO
CI-RG/SSP(SP) nº 6.077.896-9
CPF/MF nº 442.016.308-97

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3244-5404 - Fax: (33) 3244-5404

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 27980810151042260640-7; Data: 08/10/2015 10:42:28

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACF92731-DDJQ;
Valor Total do Ato: R\$ 2,99
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Titular

JUCESP PROTOCOLO
0.416.259/12-1



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Sociedade **ARMAZENA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.** - EPP, estabelecida na AVENIDA GERALDO POTYGUARA SILVEIRA FRANCO, 640-A, GALPÃO 1, PARQUE DAS EMPRESAS, Mogi-Mirim, SP, CEP: 13803-280, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Mogi-Mirim - SP, 22/03/2012

Sócio - LUIZ ROBERTO JULIANI CITELLI

Sócio - GIULIA NUCCI JULIANI CITELLI - REPRESENTADA POR MARCELO SOUTO DANTE

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO

Etiqueta de Registro



NOME EMPRESARIAL: ARMAZENA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. - EPP = NIRE

